



**Ministério da
Fazenda**



NOTA CETAD/COEST nº 079, de 07 de junho de 2023.

Assunto: Altera a legislação sobre debêntures de infraestrutura.

SUMÁRIO EXECUTIVO

Trata-se de análise do impacto orçamentário-financeiro decorrente da eventual aprovação de Projeto de Lei nº 2.646/2020, de autoria sr. Deputado Federal João Maria, atualmente em tramitação no Senado Federal, que dispõe sobre as debêntures de infraestrutura; altera as Leis nºs 9.481, de 13 de agosto de 1997, 11.478, de 29 de maio de 2007, e 12.431, de 24 de junho de 2011; e dá outras providências.

2. Em 05/05/2023, foi encaminhada a este Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros – Cetad – Projeto de Lei, que versa sobre a alteração da legislação do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ –, da Pessoa Física – IRPF – e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL –, criando uma nova série de debêntures de infraestrutura diferente das existentes.

3. De início, deve-se destacar que esta Nota compreende uma análise inicial sobre a matéria e abordará, tão somente, os aspectos orçamentários-financeiros.

ANÁLISE

4. Quanto ao conceito, debêntures são títulos de crédito representativos de um empréstimo que uma companhia realiza junto a terceiros e que assegura a seus detentores direito contra a emissora, estabelecidos na escritura de emissão.

5. A finalidade desse tipo de financiamento é a de satisfazer, de maneira mais econômica, as necessidades financeiras das sociedades por ações, evitando, com isso, os contratempos das constantes e caras operações de curto prazo, junto ao mercado financeiro. Para emitir uma debênture uma empresa tem que ter uma escritura de emissão, onde estão descritos os direitos conferidos pelos títulos, suas garantias e demais cláusulas e condições da emissão e suas características.

6. Através desta operação, sociedades por ações têm à sua disposição facilidades necessárias para captação de recursos junto ao público, a prazos longos e juros mais baixos, com atualização monetária e resgates a prazo fixo ou mediante sorteio, conforme suas necessidades para melhor adequar o seu fluxo de caixa.
7. A Lei nº 6.404, de 1976 – Lei das Sociedades Anônimas - S.A. – é o texto básico que regula a emissão de debêntures, aplicando-se, outrossim, as normas regulamentares editadas pelo Conselho Monetário Nacional, Comissão de Valores Mobiliários - CVM e Banco Central do Brasil.
8. Nesse sentido, a Lei nº 12.431, de 2011, estabelece os regramentos para uma série discriminada de debêntures: as chamadas debêntures incentivadas ou de infraestrutura. Essas debêntures prescrevem isenção de IRPF ao adquirente, caso a emissão obedeça aos requisitos de a) taxa de retorno pré-fixada; b) resgate mínimo em 4 anos; e c) serem utilizadas em projetos de infraestrutura, de acordo com a Lei e regulamento.
9. Contudo, os benefícios desses papéis, hoje, somente alcançam as pessoas físicas. Para tentar contornar esta limitação, o PL nº 2.646/2020, proposto, intenta criar uma nova série de debentures de infraestrutura em que o benefício se dê na pessoa jurídica emissora e não na pessoa física adquirente. Ou seja, a isenção de IRPF, ora existente para o adquirente, deixaria de existir, passando a haver uma isenção de IRPJ para o emissor.
10. A premissa adotada é a de que existe uma taxa de retorno aceitável para uma determinada debênture, emitida por um determinado emissor, assim, se a taxa de retorno for menor (no caso de incidência de IRPF sobre os juros) o preço do papel deve cair para que o mercado aceite comprá-lo. Logo, a isenção de IRPJ, na mesma proporção da isenção de IRPF, reconduziria o papel aos valores de equilíbrio.
11. Com tal cenário em mente, segue a transcrição do texto do Projeto de Lei que será analisado:

“Art. 1º Esta Lei dispõe sobre as debêntures de infraestrutura, promove alterações ao marco legal das debêntures incentivadas e do Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura (FIP-IE), do Fundo de Investimento em Participação na Produção Econômica Intensiva em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (FIP-PD&I) e do Fundo Incentivado de Investimento em Infraestrutura (FI-Infra).”

Art. 2º Fica permitida às sociedades de propósito específico, concessionárias, permissionárias, autorizadas ou arrendatárias, constituídas sob a forma de sociedade por ações, a emissão de debêntures objeto de distribuição pública, cujos rendimentos estarão sujeitos à incidência do imposto sobre a renda na fonte, conforme alíquotas vigentes para as aplicações financeiras de renda fixa, sem prejuízo da emissão de ativos financeiros na forma do disposto no art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011.

§ 1º Os recursos captados por meio da emissão de debêntures de que trata o caput deste artigo serão destinados à implementação de projetos de investimento na área de infraestrutura ou de produção econômica intensiva em pesquisa, desenvolvimento e inovação considerados como prioritários na forma regulamentada pelo Poder Executivo federal.

§ 2º O regulamento a que se refere o § 1º deste artigo:

I - estabelecerá os critérios para o enquadramento dos projetos, dispensada a exigência de aprovação ministerial prévia para projetos nos setores prioritários nele listados;

II - poderá estabelecer critérios e medidas destinados a incentivar o desenvolvimento de projetos que proporcionem benefícios ambientais ou sociais relevantes;

III - deverá ser publicado bianualmente, até o dia 31 do ano anterior ao período em que deverá vigorar, ressalvado o primeiro regulamento a ser editado, que deverá ser publicado em até 30 (trinta) dias após a publicação desta Lei; e

IV - poderá ser alterado para incluir setores em que investimentos tenham se tornado prementes por imperativos de ordem pública.

§ 3º Os critérios para o enquadramento dos projetos previstos no inciso I do § 2º deste artigo deverão incluir:

I - setores com grande demanda de investimento em infraestrutura; ou

II - projetos com efeito indutor no desenvolvimento econômico local ou regional.

§ 4º Consideram-se enquadrados os projetos que, na data de apresentação do requerimento de registro da oferta pública das debêntures de que trata o caput deste artigo, atendam aos critérios estabelecidos no regulamento de que trata o § 2º deste artigo.

§ 5º O disposto neste artigo aplica-se somente às debêntures que atendam ao disposto nos §§ 1º, 1º-C e 2º do art. 1º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011 e que sejam emitidas desde a data de publicação desta Lei até 31 de dezembro de 2030.

§ 6º Aplica-se às emissões de que trata este artigo o disposto no inciso I do § 5º e nos §§ 6º e 8º do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011.

§ 7º As debêntures de que trata esta Lei poderão ser emitidas por sociedades controladoras diretas ou indiretas das pessoas jurídicas referidas no caput deste artigo, desde que constituídas sob a forma de sociedade por ações e que os recursos sejam destinados aos projetos considerados prioritários, observados os limites e as condições estabelecidos pelo Poder Executivo federal.

§ 8º Ato do Poder Executivo federal autorizará a emissão das debêntures previstas no caput deste artigo com cláusula de variação da taxa cambial.

§ 9º Para efeito do disposto no inciso I do § 2º deste artigo, poderá ser estabelecido no regulamento procedimento simplificado de aprovação ministerial prévia para setores que envolvam serviços públicos de titularidade dos entes subnacionais.

Art. 3º O imposto sobre a renda incidente sobre os rendimentos relacionados às debêntures de que trata o art. 2º desta Lei ficará sujeito à retenção na fonte e às alíquotas vigentes para as aplicações financeiras de renda fixa, e será:

I - considerado antecipação do imposto de renda devido em cada período de apuração ou na data da extinção, no caso de pessoa jurídica tributada com base no lucro real, presumido ou arbitrado; e

II - sujeito à tributação definitiva, no caso de pessoa física e de pessoa jurídica optante pela inscrição no Simples Nacional ou isenta.

§ 1º O regime de tributação na fonte previsto neste artigo não se aplica aos rendimentos decorrentes de aplicações de titularidade das pessoas jurídicas referidas no inciso I do caput do art. 77 da Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995.

§ 2º A alíquota zero estabelecida no art. 1º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, não se aplica aos rendimentos decorrentes das debêntures de que trata o art. 2º desta Lei.

§ 3º Os rendimentos decorrentes das debêntures de que trata o art. 2º desta Lei, quando pagos, creditados, entregues ou remetidos a beneficiário residente ou domiciliado no exterior, ficam sujeitos à incidência do imposto sobre a renda à alíquota de 15% (quinze por cento), exceto quando auferidos por beneficiário residente ou domiciliado em país ou dependência com tributação favorecida e por beneficiário de regime fiscal privilegiado, nos termos dos arts. 24 e 24-A da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, caso em que serão aplicadas as alíquotas referidas no caput deste artigo.

§ 4º Ato do Poder Executivo federal poderá autorizar, nas hipóteses e nas condições que especificar, a aquisição das debêntures de que trata o art. 2º desta Lei por pessoa jurídica ligada residente ou domiciliada no exterior, desde que a aquisição seja realizada em conexão com a emissão e a colocação no exterior de títulos a elas relacionados.

Art. 4º Os rendimentos decorrentes das debêntures de que trata o art. 2º desta Lei ficam sujeitos ao imposto sobre a renda na fonte à alíquota de 10% (dez por cento), quando auferidos pelos fundos isentos no resgate, na amortização e na alienação de cotas ou na distribuição de rendimentos, tais como os fundos de que tratam o art. 2º da Lei nº 11.312, de 27 de junho de 2006, o art. 1º da Lei nº 11.478, de 29 de maio de 2007, e o inciso II do caput do art. 1º e os arts. 2º e 3º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011.

Art. 5º As debêntures de que trata o art. 2º desta Lei não podem ser adquiridas por pessoas ligadas ao emissor, inclusive residentes ou domiciliadas no exterior.

§ 1º Para fins do disposto no caput deste artigo, consideram-se pessoas ligadas ao emissor:

I - as pessoas físicas que sejam:

a) controladoras diretas ou indiretas, acionistas titulares de mais de 10% (dez por cento) das ações com direito a voto ou administradoras do emissor;

b) cônjuges ou companheiros das pessoas referidas na alínea a deste inciso; e

c) parentes até o segundo grau, inclusive por afinidade, das pessoas referidas na alínea a deste inciso;

II - as pessoas jurídicas que sejam suas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 243 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976; e

III - os fundos dos quais alguma das pessoas físicas ou jurídicas de que tratam os incisos I e II deste parágrafo seja cotista detentora de mais de 10% (dez por cento) das respectivas cotas.

§ 2º Sem prejuízo do disposto nos arts. 60, 61 e 62 do Decreto-Lei nº 1.598, de 26 de dezembro de 1977, das penalidades e das hipóteses de responsabilidade previstas na legislação tributária, em caso de descumprimento das vedações previstas neste artigo, a pessoa ligada adquirente ficará sujeita a multa equivalente a 20% (vinte por cento) do valor das debêntures adquiridas e dos rendimentos delas decorrentes, recebidos ou creditados.

§ 3º O emissor das debêntures responde solidariamente pela multa referida no § 2º deste artigo, nos casos:

I – de dolo, de fraude, de conluio ou de simulação;

II – de prática dos atos ou das operações referidos no § 3º do art. 6º desta Lei; ou

III – em que a pessoa ligada adquirente for residente ou domiciliada no exterior.

Art. 6º A pessoa jurídica emissora das debêntures de que trata o art. 2º desta Lei poderá:

I - deduzir, para efeito de apuração do lucro líquido, o valor correspondente à soma dos juros pagos ou incorridos, nos termos permitidos pela legislação do imposto sobre a renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL); e

II - excluir do lucro, sem prejuízo do disposto no inciso I do caput deste artigo, na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, o valor correspondente a 30% (trinta por cento) da soma dos juros relativos às debêntures de que trata o art. 2º desta Lei, pagos naquele exercício.

§ 1º O benefício de natureza tributária previsto no inciso II do caput deste artigo aplica-se apenas às debêntures emitidas no prazo de 5 (cinco) anos, contado da data de publicação desta Lei.

§ 2º Ato do Poder Executivo federal designará o órgão gestor responsável pelo acompanhamento e pela avaliação do benefício de natureza tributária referido no inciso II do caput deste artigo para fins do disposto no art. 137 da Lei nº 14.116, de 31 de dezembro de 2020.

§ 3º Sem prejuízo do disposto nos arts. 60, 61 e 62 do Decreto-Lei nº 1.598, de 26 de dezembro de 1977, o benefício previsto no inciso II do caput deste artigo não se aplica aos atos ou às operações definidos em ato do Poder Executivo federal caracterizados pelo abuso de forma jurídica ou pela deficiência de substrato econômico.

Art. 7º As debêntures emitidas em conformidade com o art. 2º desta Lei e com o art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, cujos valores captados sejam utilizados exclusivamente em projetos de investimento que proporcionem benefícios ambientais ou sociais relevantes, serão objeto de avaliação externa específica para esse tipo de emissão, nos termos do regulamento.

Parágrafo único. A emissão das debêntures de que trata o caput deste artigo:

I - seguirá procedimento simplificado de tramitação, incluída análise prioritária em relação a projetos que não proporcionem benefícios ambientais ou sociais relevantes; e

II - terá forma de acompanhamento das etapas do projeto baseado nos dados autodeclarados pelo titular do projeto e nos relatórios por ele encaminhados periodicamente, por meio de guichê único, aos Ministérios setoriais responsáveis.

Art. 8º O art. 1º da Lei nº 9.481, de 13 de agosto de 1997, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º

.....

XIII - juros decorrentes de empréstimo externo, sujeito a registro no Banco Central do Brasil, contratado mediante emissão de títulos no mercado internacional, por sociedade de propósito específico e por concessionária, permissionária, autorizatória ou arrendatária, constituída sob a forma de sociedade por ações, e por suas sociedades controladoras, para captação de recursos para a implementação de projetos de investimento na área de infraestrutura a que se refere o art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, considerados como prioritários na forma regulamentada pelo Poder Executivo federal.

.....

§ 1º-A O disposto no inciso XIII do caput deste artigo não se aplica:

I - a beneficiário residente ou domiciliado em país com tributação favorecida nos termos dos arts. 24 e 24-A da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, caso em que será aplicada a alíquota de 25% (vinte e cinco por cento); e

II - aos juros pagos ou creditados por fonte localizada no Brasil à pessoa física ou jurídica vinculada nos termos do art. 23 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, residente ou domiciliada no exterior, ainda que não constituída em país com tributação favorecida, caso em que será aplicada a alíquota de 30% (trinta por cento).

.....”(NR)

Art. 9º O art. 1º da Lei nº 11.478, de 29 de maio de 2007, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º

§ 1º

.....

V - outras áreas consideradas como prioritárias pelo Poder Executivo federal, nos termos da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011.

.....

§ 2º Os novos projetos de que tratam os §§ 1º e 1º-A deste artigo poderão constituir-se na expansão de projetos já existentes, implantados ou em processo de implantação, desde que os investimentos e os resultados da expansão sejam segregados mediante a constituição de sociedade de propósito específico ou sejam implantados por sociedade de propósito específico já constituída em razão de celebração de contrato de concessão, permissão, arrendamento ou autorização de empresa com entidade pública.

.....

§ 10. O FIP-IE e o FIP-PD&I terão os prazos máximos de 360 (trezentos e sessenta) dias após obtido o registro de funcionamento na CVM para iniciar suas

atividades e de 24 (vinte e quatro) meses para se enquadrarem no nível mínimo de investimento estabelecido no § 4º deste artigo.

.....”(NR)

Art. 10. A Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º

.....

§ 1º-C O procedimento simplificado previsto no inciso VI dos §§ 1º, 1º-A e 1º-B deste artigo deverá demonstrar que os gastos, as despesas ou as dívidas passíveis de reembolso ocorreram no prazo de 60 (sessenta) meses, contado da data de encerramento da oferta pública.

.....”(NR)

“Art. 2º

.....

§ 2º Para as pessoas jurídicas referidas no inciso I do caput do art. 77 da Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995, aplica-se a alíquota de 25% (vinte e cinco por cento).

.....

§ 9º O regulamento a que se referem o caput e o § 1º-A deste artigo:

I - estabelecerá os critérios para o enquadramento dos projetos, dispensada a exigência de aprovação ministerial prévia para projetos nos setores prioritários nele listados; e

II - poderá estabelecer critérios e medidas destinados a incentivar o desenvolvimento de projetos que proporcionem benefícios ambientais ou sociais relevantes.

§ 10. Para efeito do disposto no inciso I do § 9º deste artigo, poderá ser

estabelecido no regulamento procedimento simplificado de aprovação ministerial prévia para setores que envolvam serviços públicos de titularidade dos entes subnacionais.”(NR)

“Art. 3º As instituições autorizadas pela Comissão de Valores Mobiliários ao exercício da administração de carteira de títulos e valores mobiliários poderão constituir fundo de investimento que estabeleça em seu regulamento que a aplicação de seus recursos nos ativos de que trata o art. 2º desta Lei não poderá ser inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor de referência do fundo.

.....

§ 1º-A O percentual a que se refere o caput deste artigo poderá ser de, no mínimo, 67% (sessenta e sete por cento) do valor de referência do fundo aplicado nos ativos no prazo de 2 (dois) anos, contado da data da primeira integralização de cotas.

§ 1º-B O valor de referência de que trata o caput deste artigo será o menor valor entre o patrimônio líquido do fundo e a média do patrimônio líquido do fundo nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data de apuração.

.....”(NR)

Art. 11. Sem prejuízo da atuação dos órgãos responsáveis pela supervisão setorial, a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil fiscalizará a adequação dos benefícios fiscais conferidos às debêntures previstas no art. 2º desta Lei e no art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, e sujeitará os infratores a eventuais autuações e penalidades.

Art. 12. O Poder Executivo federal poderá facultar ao sujeito passivo interessado, na forma do regulamento, a apresentação de declaração relativa a atos ou a negócios jurídicos referidos no § 3º do art. 6º desta Lei, a qual será tratada como consulta à legislação tributária, nos termos dos arts. 46 a 58 do Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972.

Art. 13. Até a entrada em vigor da alteração do § 1º-C do art. 1º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, feita por meio do art. 10 desta Lei, o prazo a que se refere aquele dispositivo será de:

I – 24 (vinte e quatro) meses, contado da data de encerramento da oferta pública, a partir da data de publicação desta Lei;

II – 36 (trinta e seis) meses, contado da data de encerramento da oferta pública, a partir do décimo terceiro mês seguinte ao da publicação desta Lei; e

III – 48 (quarenta e oito) meses, contado da data de encerramento da oferta pública, a partir do vigésimo quinto mês seguinte ao da publicação desta Lei.

Art. 14. Até a entrada em vigor da alteração do § 2º do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, feita por meio do art. 10 desta Lei, a alíquota a que se refere aquele dispositivo será de:

I – 15% (quinze por cento), quanto às debêntures emitidas no exercício de publicação desta Lei;

II – 20% (vinte por cento), quanto às debêntures emitidas no exercício seguinte à publicação desta Lei; e

III – 22,5% (vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento), quanto às debêntures emitidas no segundo exercício seguinte à publicação desta Lei.

Art. 15. Esta Lei entra em vigor:

I – quanto à alteração do § 1º-C do art. 1º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, feita por meio do art. 10, no trigésimo sétimo mês seguinte ao de sua publicação;

II – quanto à alteração do § 2º do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, feita por meio do art. 10, no terceiro exercício seguinte ao de sua publicação; e

III – quanto aos demais dispositivos, na data de sua publicação.

12. No que tange ao texto apresentado, cumpre observar que: a) o art. 2º do PL cria uma nova série de debentures de infraestrutura; b) os arts. 3º e 4º determinam que os rendimentos dessas debêntures sejam tributados como sendo renda fixa; c) o art. 5º estabelece condições e restrições de aquisição para essas debêntures; d) o art. 6º estabelece o benefício tributário a ser instituído, que constitui-se em exclusão de 30% do montante dos juros pagos relativos às debêntures da base de cálculo do IRPJ e da CSLL; e) o art. 10 altera o §2º, do art. 2º, da Lei nº 12.431, de 2011, estabelecendo

uma alíquota de 25% para os rendimentos de aplicações financeiras de renda fixa de titularidade de instituições financeiras.

13. Do proposto, pode se concluir que a medida tem a propensão de gerar efeito neutro sobre a arrecadação, contudo, sem considerar a alteração do §2º, do art. 2º, da Lei nº 12.431, de 2011 intentada pelo art. 10 do PL, há cenários em que se pode projetar ganhos de arrecadação e outros em que se pode projetar renúncia de receitas.

14. Se considerarmos a alteração do §2º, do art. 2º, da Lei nº 12.431, de 2011 intentada pelo art. 10 do PL, certamente haverá ganho de arrecadação.

METODOLOGIA

15. Em termos metodológicos, são nove as etapas necessárias à obtenção do cálculo da estimativa de renúncia, a saber:

- a. **SIMULAÇÃO DE EMISSÃO DE DEBENTURES:** foi realizada simulação da emissão de uma debênture hipotética com taxa nominal de retorno de 6% a.a. e resgate em 8 anos;
- b. **SIMULAÇÃO DE CONTABILIZAÇÃO:** foi realizada a simulação de contabilização das debentures em 5 cenários para comparação e obtenção dos diferenciais de alíquotas entre as vigentes e as propostas;
- c. **RESTRICÇÕES CONSIDERADAS:** obviamente, seria inviável testarmos todos os cenários possíveis e estabelecer com precisão os pesos entre eles, assim, foram considerados somente os cenários: i) de máximo estimado; ii) de mínimo potencial; e o iii) de provável ocorrência;
- d. **PREMISSAS ADOTADAS:** i) foi considerado que o emissor é empresa optante pelo lucro Real e com lucro fiscal; ii) para o adquirente, foram considerados os cenários: a) pessoa física; b) pessoa jurídica optante pelo lucro Real e com lucro fiscal; iii) que empresas não captam dinheiro no mercado em montantes inferiores e nem superiores às necessidade (racionalidade na captação de recursos), portanto, os fluxos futuros de captação de capitais pela emissão de debêntures devem permanecer próximos aos fluxos correntes; iv) não é possível afirmar em que volume as emissões migrarão para a nova série de debêntures criada; e v) foi considerado, tomando-se como base a experiência, que o potencial de

incremento na emissão de novas debêntures em decorrência da edição do PL em análise é de 30%;

- e. OBTENÇÃO DA RENÚNCIA CORRENTE: foi consultado o DGT de 2021 para obtenção do valor da renúncia corrente acerca das debêntures de infraestrutura;
- f. CORREÇÃO DOS VALORES PARA 2023-2025: foi realizada a aplicação dos fatores de atualização da SPE para correção dos valores do ano de 2021 para os anos de 2023 a 2025;
- g. APLICAÇÃO DOS DIFERENCIAIS DE ALÍQUOTA: foram aplicados os diferenciais de alíquota obtidos a partir das simulações realizadas no item 'c', obtendo-se valores de mínimo e máximo estimados;

IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO

16. Dessa forma, este Centro de Estudos realizou o cálculo do impacto orçamentário-financeiro decorrente da edição da medida, obtendo um montante aproximado da arrecadação potencial ou da renúncia de receitas, conforme abaixo apresentado:

em milhões de R\$

Impacto Orçamentário Financeiro de IRPJ e CSLL Decorrente da Aprovação do
PL nº 2.646/2020

Ano	Caso haja migração total das emissões anuais para a nova modalidade	Caso haja 30% de novas emissões
	Ganho de Arrecadação	Renúncia Fiscal
2023	13,77	41,22
2024	29,37	87,95
2025	31,16	93,30

1 - 2023 considera somente os meses de julho a dezembro.

17. Conforme tabela acima, nos termos da legislação vigente, haverá impacto orçamentário-financeiro potencial para a União, cuja estimativa é de que varie entre **-R\$ 41,22 milhões** e R\$ 13,77 milhões para o ano de 2023, esteja próximo ao intervalo de **-R\$ 87,95 milhões** e R\$ 29,37 milhões para o ano de 2024 e de entre **-R\$ 93,30 milhões** e R\$ 31,16 milhões para o ano de 2025.

18. Contudo, dada a situação posta, é mais provável que a medida cause impacto próximo à neutralidade.

19. Por fim, não foi analisado o impacto decorrente da alteração do §2º, do art. 2º, da Lei nº 12.431, de 2011 intentada pelo art. 10 do PL, porém, sendo certo que a medida na forma apresentada promoverá incremento de arrecadação.

CONCLUSÃO

20. Em atendimento ao art. 113, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), e ao disposto no art. 131 da Lei nº 14.436, de 9 de agosto de 2022, a medida ora analisada, em seu cenário mais provável, não implica renúncia fiscal em relação ao sistema de referência, tampouco incremento da arrecadação, sendo provável a ocorrência de efeito neutro sobre o orçamento.

São estas as informações pertinentes que se submetem a apreciação superior.

Assinatura digital
ALESSANDRO AGUIRRES CORREA
Analista Tributário da Receita Federal do Brasil

De acordo. Encaminhe-se ao chefe do Cetad.

Assinatura digital
ROBERTO NAME RIBEIRO
Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil
Coordenador da Coest

Aprovo a Nota. Encaminhe-se ao Gabinete do Secretário Especial da Receita Federal do Brasil.

Assinatura digital
CLAUDEMIR RODRIGUES MALAQUIAS
Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil
Chefe do Cetad



Ministério da Fazenda

PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO

O Ministério da Fazenda garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Art. 10, § 1º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 e da Lei nº 12.682, de 09 de julho de 2012.

A página de autenticação não faz parte dos documentos do processo, possuindo assim uma numeração independente.

Documento produzido eletronicamente com garantia da origem e de seu(s) signatário(s), considerado original para todos efeitos legais. Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.

Histórico de ações sobre o documento:

Documento juntado ao processo em 07/06/2023 17:22:42 por Roberto Name Ribeiro.

Documento assinado digitalmente em 07/06/2023 17:22:42 por ROBERTO NAME RIBEIRO, Documento assinado digitalmente em 07/06/2023 17:22:11 por CLAUDEMIR RODRIGUES MALAQUIAS, Documento assinado digitalmente em 07/06/2023 17:20:21 por ALESSANDRO AGUIRRES CORREA e Documento assinado digitalmente em 07/06/2023 17:20:21 por ALESSANDRO AGUIRRES CORREA.

Esta cópia / impressão foi realizada por ROBERTO NAME RIBEIRO em 07/06/2023.

Instrução para localizar e conferir eletronicamente este documento na Internet:

- 1) Acesse o endereço:
<https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx>
- 2) Entre no menu "Legislação e Processo".
- 3) Selecione a opção "e-AssinaRFB - Validar e Assinar Documentos Digitais".
- 4) Digite o código abaixo:

EP07.0623.17238.20WA

- 5) O sistema apresentará a cópia do documento eletrônico armazenado nos servidores da Receita Federal do Brasil.

**Código hash do documento, recebido pelo sistema e-Processo, obtido através do algoritmo sha2:
453F105002FF706D107A6BC9F08E4B9878D32B58511FF11F4B216E7E37A057F8**